

VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

ISCSP-UTL, Lisboa, 1-3 de Março de 2012

Painel

A importância de perspectivas não-ocidentais para o desenvolvimento da teoria
em Relações Internacionais

Título da comunicação:

Estudos Africanos, Relações Internacionais e Interdisciplinaridade

Autor:

Marta Patrício

CEA-IUL

Centro de Estudos Africanos

ISCTE-IUL

I – Introdução

O nascimento das Ciências Sociais na Europa Ocidental está intrinsecamente ligado ao contexto social do séc. XIX. Com efeito, acontecimentos como a navegação e a expansão das linhas de comércio, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa potenciaram a expansão de dinâmicas dos séculos anteriores, nomeadamente o capitalismo e o Estado-Nação. O capitalismo produziu muito mais riqueza do que qualquer outro sistema económico anterior mas, simultaneamente, gerou também pobreza como nunca antes. O colonialismo alargou o capitalismo à escala planetária. Foi neste conturbado cenário sócio-económico e sócio-político que nasceram as Ciências Sociais. Mas tal só foi possível graças aos princípios e instrumentos, teorias e metodologias que as Ciências Naturais já vinham reunindo desde o séc. XVI, que constituíam a base da chamada revolução científica e que formaram, no seu conjunto, o paradigma da modernidade: os factos naturais estão estruturados em conjuntos ordenados e, por isso, é possível conhecê-los através das relações com outros factos naturais e medi-los quantitativamente¹.

Todos estes acontecimentos contribuíram para que a Europa se colocasse a si mesma no “centro do Mundo” e reclamasse para si o lugar cimeiro na hierarquização dos povos enquanto pioneira da evolução social, política, económica e científica. Este pressuposto encontra fundamento na obra que o antropólogo britânico Jack Goody publicou em 2006. Com efeito, o livro *The Theft of History*, procura demonstrar a forma como o Ocidente, por várias razões e sobretudo a partir do séc. XVI, conseguiu impor ao resto do mundo as suas concepções de tempo e de espaço. A Europa reclama a invenção de instituições como a “democracia”, o “capitalismo” mercantilista, a liberdade e o individualismo, embora estes se possam encontrar num conjunto muito mais amplo das sociedades humanas². Por outro lado, o modo ocidental de produzir conhecimento auto-validou-se como o único mundialmente legítimo à luz dos parâmetros racionalistas.

Actualmente, no séc. XXI, o ocidente continua a considerar-se como o pioneiro do desenvolvimento, o único capaz de mostrar “aos restantes” como atravessar o caminho para a civilização, progresso, democracia e liberdade. Mas o que mudou foi que esta forma de pensar, embora sendo o *mainstream*, já não é única. As independências das colónias e a queda do Muro de Berlim deram à luz novas formas de conhecimento sem epicentro na Europa – e essas formas acusam a História, a Sociologia e a Antropologia produzida pelos ocidentais de

¹ Casal e Fialho, 2006: 17-19

² Goody, 2006:1

terem errado e de terem impossibilitado os povos colonizados de ter uma palavra a dizer, de se projectarem a si mesmos, de rejeitarem a sua inferioridade.

As Ciências Sociais já não são produzidas unicamente no ocidente e foram incrivelmente enriquecidas pelas diferentes perspectivas dos *area studies*. Além disso, existem mesmo cientistas sociais ocidentais que se recusam a aceitar fazer investigação apenas através dos conceitos e dos métodos da modernidade como única forma de produzir conhecimento cientificamente válido³. Mas nada disto é consensual.

De facto, as grandes questões epistemológicas e metodológicas que, nos nossos dias, enformam a organização do saber científico e a praxis científica nas diferentes disciplinas das Ciências Sociais têm gerado um grande debate na Academia, nomeadamente no que concerne aos modelos de concepção e organização dos processos de investigação científica. E isto é particularmente visível nos Estudos Africanos, pois a sua natureza e o seu lugar no actual panorama das Ciências Sociais tem originado um infindável número de questões, principalmente quanto ao confronto de conhecimentos produzidos por disciplinas científicas diferentes sobre um mesmo objecto de estudo.

Com efeito, o objectivo deste artigo é salientar a existência de diversas epistemologias nas Ciências Sociais e contribuir para a contestação das noções ocidentais de alteridade ao longo dos tempos, responsáveis por concepções distorcidas sobre as sociedades extra-europeias e extra-norte-americanas. O texto aborda a(s) epistemologia(s) dos Estudos Africanos e das Relações Internacionais, reflecte sobre a interdisciplinaridade e o seu papel nas Ciências Sociais, e conclui com as potencialidades científicas da “articulação de saberes” e da “ética intelectual” no campo de uma teoria das Relações Internacionais tendencialmente não-eurocêntrica e interdisciplinar, aplicada aos Estudos Africanos.

II – Estudos Africanos

Os Estudos Africanos não são uma disciplina das Ciências Sociais (como a Sociologia, a Antropologia ou a Ciência Política) mas sim uma área disciplinar denominada “estudos de área” (ou *area studies*, na designação anglo-saxónica mais frequentemente utilizada), que surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) no pós-Segunda Guerra Mundial⁴. Isto é, os

³ Posição veiculada por Ferrán Iniesta na palestra intitulada “Pensamento tradicional versus Pensamento moderno” proferida no ISCTE-IUL, Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011.

⁴ No entanto, esta perspectiva não é consensual e existem dados que sustentam que os Estudos Africanos surgiram anteriormente a esta data:

The first phase was in the late nineteenth century and was characterized by competing racist Euro-American and vindicationist Afro-American traditions. The early twentieth century marked the second phase when African

Estudos Africanos são uma área do saber que se define e se constitui em virtude da localização geográfica do seu objecto de estudo (África) e não por um objecto de estudo e um método específico para o analisar, como sucede com as disciplinas.

De acordo com José Carlos Venâncio, a nomenclatura “estudos de área” ficou a dever-se a motivos de estratégia política, económica e militar, claramente característicos do contexto de mudanças geopolíticas da Guerra Fria⁵. Com efeito, antecipando o que entendiam como sendo as suas futuras responsabilidades para com o resto do mundo no pós-guerra e combatendo o seu desconhecimento face aos novos países independentes de África e da Ásia, os EUA decidiram começar a formar norte-americanos nas línguas, economias, política, história, geografia, povos, costumes e religiões dos diferentes países, recrutando também cientistas sociais com especializações nas diferentes regiões do planeta e articulando tudo isto com oficiais militares capazes de prever potenciais zonas de combate⁶. Com os necessários financiamentos e a nomeação, em 1960, do *Joint Committee on African Studies*, nasciam assim os Estudos Africanos como *area studies*⁷ e a sua especialização académica realizava-se através do seu afastamento face aos paradigmas africanistas precedentes⁸.

Num curto espaço de tempo, a orientação da agenda dos Estudos Africanos foi sendo alterada e ampliada, deixando de ser meramente securitária e passando a integrar o *mainstream* académico norte-americano⁹. Na Europa, os Estudos Africanos emergem na década de 1950 e substituem, nalguns casos, os estudos coloniais. Em França a institucionalização da área deu-se por iniciativa de Georges Balandier, e em Inglaterra ficou a dever-se a historiadores como J. D. Fage¹⁰.

Na década de 1970, e na sequência das dificuldades sentidas nas universidades africanas (*brain drain*, politização dos estudos, falta de liberdade académica e ausência de recursos financeiros), os Estudos Africanos viraram a sua atenção para as necessidades dos

studies was dominated by African American scholar activists and the historically black colleges and universities whose work centered on the question of Africa's civilizational presence in the global concert of cultures.

Zezeza, 2007:4

⁵ Venâncio, 2005:164

⁶ Robinson, 2003:12

⁷ *Idem*:13

⁸ Paradigmas do Africanismo: corrente do orgulho rácico (tentativa de erguer moralmente os negros de África e da diáspora, levada a cabo por líderes e escritores africanos naturais das Antilhas e dos EUA), corrente política (marcada pelos movimentos de libertação nacional e centrada nos planos de obtenção de autonomia política através dos movimentos de resistência pacífica e organização de partidos políticos de massas), e corrente intelectual (ou *Negritude*, assenta no princípio de que as civilizações africanas foram adulteradas pela colonização branca e só poderão recompor-se com o fim da colonização e com o retorno às origens através da exaltação dos valores culturais e étnicos africanos).

Amorim, 2010:104-107

⁹ Robinson, *op.cit.*:16-17

¹⁰ Venâncio, *op. cit.*:164

académicos africanos, estabelecendo ligações formais com universidades e institutos de pesquisa em África. Por sua vez, foi-se aprofundando cada vez mais o hiato entre investigadores focados na acumulação do saber e investigadores direccionados para a aplicação prática do conhecimento¹¹.

Na década de 1980 os Estudos Africanos procuraram criar um novo cânone, caracterizado por novos paradigmas teóricos que atravessassem as fronteiras disciplinares das Ciências Sociais e Humanas e por novas ferramentas e métodos conceptuais, o que acabou por marcar os trabalhos da área durante praticamente as duas décadas seguintes¹².

O fim da Guerra Fria, e o concomitante fracasso dos especialistas regionais em prever a derrocada da União Soviética, colocaram em causa a lógica geopolítica que conduziu o empreendimento dos *area studies* durante cerca de 40 anos. Assim, a década de 1990 trouxe uma crise de legitimidade aos Estudos Africanos e abriu uma gigantesca possibilidade de novos enfoques: o conhecimento disciplinar tornou-se premente, a análise de género afirmou-se e surgiu a ideia de responsabilidade, reciprocidade e aprendizagem mútua entre investigador e “sujeito/objecto de estudo”, sendo que este último deixa de ser visto apenas como mera fonte de informação¹³.

Os contributos das diásporas africanas para os Estudos Africanos também têm sido considerados relevantes, não só pela diversidade geográfica de centros de actividade intelectual que com elas emergem, bem como por permitirem a realização de pesquisas inovadoras, comparativas e interdisciplinares, debates e trocas de ideias e a promoção ou reforço dos institutos de pesquisa¹⁴.

Mas esta é a história dos Estudos Africanos no ocidente. Em África, os condicionalismos decorrentes da colonização ditaram uma evolução bem diferente. Com efeito, os primeiros anos das independências foram anos de construção da universidade por todo o continente. Dentro das novas universidades discutia-se acesamente a relação entre pesquisa académica e política, normalmente a propósito do tema da liberdade académica. Por outro lado, as disciplinas ocidentais foram introduzidas e institucionalizadas na maioria dos locais, dando-se pouca atenção às implicações epistemológicas do facto de se importarem paradigmas e metodologias originários dos mais diversos contextos históricos e culturais. De facto, as circunstâncias materiais sob as quais as disciplinas académicas se desenvolveram na

¹¹ Robinson, *op.cit.*:18-19

¹² *Idem*:20-21

¹³ *Idem*:25-27

¹⁴ *Idem*: 32

Europa não podiam ser mais diferentes daquelas com que África se confrontava nos primeiros anos da independência: “uma economia predominantemente de subsistência, dependente dos recursos naturais e das riquezas minerais, e ainda manietada pelas relações de exploração que mantinha com as ex-potências coloniais”. As condições sociais eram também vincadamente diversas das que poderiam caber nas análises decorrentes dos paradigmas então vigentes (sociedades multi-étnicas e multilingues, caracterizadas por uma forte estratificação e por marcadas divisões entre os sexos). Eram, além disso, sociedades traumatizadas, “não resgatadas ainda à violência epistémica e material do imperialismo, e que pareciam desafiar as tecnologias industriais capitalistas no respeitante à governação e controlo social”¹⁵.

Os desafios externos representados pelo colonialismo, e depois pela globalização, tiveram e têm impactos económicos, políticos e paradigmáticos negativos no desenvolvimento das instituições académicas africanas e nas suas potencialidades intelectuais. Além disso, tiveram o efeito de incentivar uma forte ética de comprometimento com a causa da libertação, do desenvolvimento e da democratização¹⁶. Com efeito, a tradição do estudo académico em África sempre rejeitou o pressuposto filosófico liberal que privilegia a exigência de não envolvimento e de distanciamento em relação ao contexto social, em detrimento de um envolvimento comprometido e da acção. Para os africanos, a pesquisa académica ética é uma pesquisa socialmente responsável e que defende a liberdade, não uma pesquisa isenta de responsabilidade social¹⁷.

Além deste ponto de discórdia com a tradição da produção científica ocidental, verifica-se um outro debate sobre a(s) legitimidade(s) para estudar os Estudos Africanos, conferida(s) ou não pelo facto do investigador ter ou não nascido em África. Com efeito, como sustenta Franz Heimer, o cientista social, como qualquer outro actor social, é condicionado tanto pela sua sociedade de origem como por outras nas quais passou por processos de socialização, o que tem consequências tanto positivas como negativas: o cientista que trabalha sobre a sua própria sociedade tem dela um conhecimento profundo, embora o seu olhar esteja sempre condicionado pelo seu lugar de inserção nesse tecido social; o cientista que é originário de uma sociedade diferente daquela que estuda está imune aos “interesses epistemológicos” inerentes a cada inserção social específica e, embora não tenha o

¹⁵ Mama, 2010:538

¹⁶ *Idem*:544

¹⁷ *Idem*:557

amplo conhecimento dessa sociedade (subsequente a uma socialização nesse contexto), conseguirá o “afastamento” imprescindível a todas as análises em Ciências Sociais¹⁸.

Mas esta perspectiva não é dominante e há quem questione a continuação da participação dos investigadores ocidentais nos Estudos Africanos. Tal é o caso de Paul Zeleza, que tem criticado fortemente o posicionamento da academia ocidental, acusando a forma como os Estudos Africanos “têm sido historicamente aprisionados por línguas, epistemologias e discursos que são externos a África, reduzindo este continente a não mais do que um laboratório para testar os modelos, teorias e paradigmas pretensamente universais inventados nas fábricas académicas da América do Norte e da Europa Ocidental”¹⁹. Zeleza sustenta ainda que a solução para esta situação reside na capacidade de África desenvolver e sustentar as suas próprias editoras e livrarias, de forma a criar o caminho que permitirá a emergência das comunidades intelectuais verdadeiramente africanas, capazes de dirigir e controlar os Estudos Africanos²⁰.

Perante dois caminhos e duas tradições tão distintas, o estudo de África ficará sempre separado em diferentes mundos ou será possível a construção de pontes entre academias? Em virtude do passado colonial, os investigadores ocidentais africanistas perderam a legitimidade de produzir conhecimento sobre África? Todas as suas leituras da realidade africana serão sempre enviesadas e as suas produções serão sempre etnocêntricas?

III – Relações Internacionais

A disciplina de Relações Internacionais surgiu em 1919 com o objectivo de compreender as especificidades do meio ambiente internacional e, assim, conseguir prever e evitar a ocorrência de conflitos devastadores, como aquele que acabava de ocorrer, pela primeira vez à escala mundial, e que tanta destruição havia causado²¹.

Não obstante, a afirmação das Relações Internacionais como disciplina autónoma tem sido um processo complexo e, durante muito tempo (ainda hoje?), as Relações Internacionais foram entendidas como apenas uma “área” de outras Ciências Sociais, tais como o Direito, a História ou a Filosofia, cada uma com as suas formas próprias de ver o mundo. Como consequência, nunca houve um consenso quanto à natureza específica dos assuntos

¹⁸ Heimer, 2002:156

¹⁹ Zeleza, 1997:62

²⁰ *Ibidem*

²¹ Cravinho, 2002:15-16

internacionais, quanto aos métodos mais adequados para os estudar ou quanto ao conjunto de elementos que as respectivas teorias deveriam ter em conta²².

Desta forma, as Relações Internacionais começaram por ser mais propriamente uma “inter-disciplina” do que uma disciplina, sendo-lhes apontadas as seguintes críticas por parte das restantes Ciências Sociais: falta de critérios científicos e de “sistematização e ordenação coerente”, falta de um “corpo de instrumentos conceptuais próprios” e dificuldade em “estabelecer e consolidar uma problemática clara”²³.

Os debates epistemológicos que fizeram avançar o campo disciplinar das Relações Internacionais, aliados à própria evolução do sistema internacional, que conheceu um grande aumento de temas e actores, contribuíram para criar os paradigmas e os conceitos que enformam esta disciplina. No entanto, esta disciplina é caracterizada por um forte pendor etnocêntrico, pois as suas bases assentam predominantemente em trabalhos europeus e norte-americanos. Desta forma, além das críticas que as acusam de não reunir as condições para ser uma disciplina autónoma, as Relações Internacionais enfrentam igualmente as contestações às análises produzidas pelos seus teóricos sobre o mundo não-ocidental.

Com efeito, conceitos que são centrais à teoria das Relações Internacionais – como anarquia, soberania, Estado ou mercado – tornam-se problemáticos senão altamente duvidosos quando aplicados a um contexto extra-europeu²⁴. No caso do continente africano, cuja “importância” geopolítica internacional (e, subsequentemente, académica) se esfumou com o fim da guerra fria e dos respectivos jogos de influências, a utilização de conceitos “importados” não encontra correspondência na realidade e cria generalizações falaciosas que se propagam como sendo “ciência”. Uma teoria capaz de explicar apenas uma região terá aplicabilidade universal?

A predominância da teoria ocidental sobre as restantes, e que não se reduz ao campo das Relações Internacionais aqui salientado, encontra as suas raízes na modernidade e, tal como se acaba de afirmar, tem as suas consequências bem presentes ainda hoje. René Descartes, fundador da filosofia ocidental moderna, inaugurou um novo momento na história do pensamento do Ocidente no séc. XVII: todos os atributos de Deus foram extrapolados para o Homem (ocidental). O acesso privilegiado às leis do universo, e a capacidade de produzir

²² Hollis and Smith, 1991:16

²³ Cravinho, *idem*:18-19

²⁴ Dunn and Shaw, 2001:4

conhecimento e teorias científicas, passou a estar situado na mente do Homem ocidental. “Penso, logo existo” passa a ser o fundamento das ciências modernas ocidentais²⁵.

Ao proclamar um conhecimento não-situado, a filosofia ocidental escondeu assim a sua perspectiva local e concreta sob a capa de um universalismo abstracto. Isto permitiu ao homem ocidental representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de universalidade. Com a dominação e a expansão coloniais europeias, esta estratégia epistémica conseguiu construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores²⁶.

Desta forma, a Europa não fala nem de África nem dos africanos – apenas justifica o processo de invenção e conquista de um continente e classifica-o como “primitivo” e “desordeiro”, subsequentemente criando os fundamentos para a sua exploração e os métodos para a sua “regeneração”. Administradores coloniais, colonizadores e antropólogos ao longo dos séculos referiram-se a África sempre com os mesmos sinais e símbolos e actuaram em conformidade, reduzindo a diferenciação à mera inferioridade²⁷. Foi desta forma que a hegemonia ocidental se consolidou e que, apenas muito recentemente, as teorias e os conceitos que não representam os cânones europeus e norte-americanos começaram a obter reconhecimento e aplicabilidade.

No campo das Ciências Sociais, este é ainda um *work in progress*. Buzan e Acharya²⁸ apontam cinco hipóteses para justificar a inexistência de uma teoria das Relações Internacionais não-ocidental: a teoria ocidental já descobriu o caminho certo para a compreensão das Relações Internacionais; a teoria ocidental adquiriu um estatuto hegemónico (no sentido Gramsciano); as teorias não-ocidentais existem mas estão “escondidas”; as condições locais não são favoráveis à produção de teoria das Relações Internacionais; o ocidente tem uma enorme vantagem por ter sido o pioneiro e actualmente estamos a assistir a tentativas de acompanhamento. Estes dois autores acreditam numa revisão crítica da teoria das Relações Internacionais que denuncie a marginalização das experiências, discursos e personalidades não-ocidentais, o que seria importante para enfatizar as diferenças substanciais Norte-Sul, em termos ideológicos e práticos, no mundo das Relações Internacionais²⁹.

²⁵ Grosfoguel, 2010:409

²⁶ *Ibidem*

²⁷ Mudimbe, 1988:22

²⁸ 2010:221

²⁹ *Idem*:229

Um contributo africanista que não se poderia deixar de referir neste artigo é o do camaronês Luc Sindjoun. Na sua obra *Sociologie des Relations Internationales Africaines* (2002), começa por enunciar o que se entende por “África transnacional, múltipla e plural” e afirma que estas definições carecem de pertinência científica³⁰. Simultaneamente, contesta o conceito unitário de África, que têm as suas raízes no processo demasiado “simplista” e institucionalizante da OUA/União Africana³¹. O autor defende ainda uma perspectiva oposta à do “particularismo africano”, criticando abertamente a obra de Dunn e Shaw, e afirmando que o continente africano não deve limitar-se a demonstrar a sua diferença ou a sua resistência face ao ocidente, mas deve reapropriar-se dos próprios conceitos ocidentais, nos quais o direito internacional africano já se fundou³².

Muitos académicos de Relações Internacionais continuam simplesmente a ignorar África. No máximo, o que fazem é distinguir a “singularidade africana e relegá-la para nota de rodapé, porque as ferramentas de que dispõem são inadequadas para explicá-la”³³. Nesse sentido, uma forma de ultrapassar este “provincialismo” e as dificuldades em encontrar uma teoria que seja abrangente o suficiente para explicar todas as diversidades, poderá passar, por um lado, pela integração de produções académicas de outras partes do mundo e, por outro lado, pela inclusão de perspectivas de outras disciplinas das Ciências Sociais.

A teoria das Relações Internacionais tem de contemplar os requisitos de qualquer Ciência Social (precisão conceptual, alcance teórico e sensibilidade histórica)³⁴. Mas, não obstante os paradigmas da própria disciplina (como, por exemplo, o modelo vestefaliano do sistema internacional) e para conseguir sobreviver, as Relações Internacionais terão de ser capazes de incorporar “diversos instrumentos e métodos das Ciências Sociais” e, por conseguinte, abandonar “algumas das convenções intelectuais que dominaram a disciplina durante várias décadas”, quer nos seus primórdios, quer nos finais do século XX quando o final da guerra fria obrigou ao repensar de muitos dos pressupostos tradicionais³⁵. O desafio que se apresenta às Relações Internacionais consiste em “quebrar o seu isolamento” e ser realmente capaz de explicar os fenómenos nas diferentes regiões do mundo, afastando-se das discussões “que o resto do universo científico considera de utilidade duvidosa para as suas problemáticas”³⁶.

³⁰ Sindjoun, 2002:10-16

³¹ *Idem*:16-19

³² *Idem*:19

³³ *Ibidem*

³⁴ Halliday, 2005:22

³⁵ Cravinho, *op. cit.*: 21

³⁶ *Ibidem*

IV – Interdisciplinaridade

As diversas especializações das Ciências Sociais estruturaram-se em relação aos diferentes domínios em que são classificadas as actividades da vida de uma sociedade (social, político, económico, religioso, mágico, simbólico, jurídico). Esses domínios são comparáveis entre si, uma vez que cumprem funções equivalentes no funcionamento de uma sociedade, da mesma forma que as categorias próprias de cada um desses domínios se tornam comparáveis entre si, bem como equivalentes e substituíveis. Deste modo, as acções e lugares de cada um dos actores nos diferentes domínios e nas diversas redes de interesses e de pertenças são compatíveis, possibilitando a cooperação ou a competição entre eles. Nesta dinâmica reside a razão pela qual cada especialização de uma determinada área científica, embora se sustente num domínio específico, não pode, contudo, prescindir das articulações entre os diferentes domínios. Aliás, é nessas inter-relações que muitas teorias vão construir os seus objectos e procurar a sua explicação³⁷.

Esta perspectiva encontra eco igualmente na posição Franz Heimer, o qual afirma que, actualmente, as diversas “disciplinas académicas” no campo das Ciências Sociais se interpenetram cada vez mais e que “as tentativas de justificar a sua existência separada, invocando tradições metodológicas e vocações temáticas específicas, soam cada vez mais ocas, sendo difícil escapar à conclusão de que, numa medida considerável, correspondem a racionalidades corporativas”³⁸.

Jacques Hamel, por seu lado, distingue a interdisciplinaridade da multidisciplinaridade³⁹, da transdisciplinaridade⁴⁰ e da pluridisciplinaridade⁴¹. Para o autor, a interdisciplinaridade é a utilização combinada de algumas disciplinas da qual resultam transformações recíprocas em cada uma delas⁴², e sustenta que a interdisciplinaridade se deve mais à passagem dos conhecimentos disciplinares ao campo da acção prática ou política do que apenas à pretensão de construir conhecimentos⁴³. De facto, no entender de Hamel, esta concepção deriva das contradições decorrentes da experiência social humana, que se constituem em problemas para os quais se procura solução; mas é na procura dessa solução

³⁷ Casal e Fialho, *op. cit.*:26-27

³⁸ Heimer, *op. cit.*:155

³⁹ Utilização paralela de várias disciplinas sem que se estabeleça, necessariamente, uma relação entre elas. Hamel, 1997 b):242

⁴⁰ Interação entre duas ou mais disciplinas com vista a criar um conjunto de elementos que componham uma disciplina original. *Idem, ibidem*

⁴¹ Utilização combinada e restritiva de disciplinas ou de elementos dessas disciplinas sem que esta utilização modifique nem os elementos nem as disciplinas. *Idem, ibidem*

⁴² *Idem, ibidem*

⁴³ *Idem*:259

que se constatarem os limites das explicações disciplinares e que emerge a necessidade da interdisciplinaridade – *L'interdisciplinarité concerne donc le transport ou transfert de connaissances disciplinaires vers une action pratique qui peut être envisagée comme la résolution de problèmes dont la nature fait éclater le caractère de spécialité ou de discipline*⁴⁴.

Não se pretende que a interdisciplinaridade anule ou neutralize os métodos científicos nem tão pouco as disciplinas – mas apenas que se constatem os benefícios que uma abordagem interdisciplinar confere à análise de determinados objectos de estudo, como é o caso verificável nos Estudos Africanos. A separação estanque entre campos do saber pode conduzir a percepções analíticas incorrectas subsequentes à utilização do um método menos apropriado, ou de uma perspectiva teórica pouco aplicável a uma determinada realidade, pelo simples facto de pertencerem a uma outra disciplina. Ou seja – terá de ser a necessidade científica a ditar a interacção entre metodologias e isto parece aplicar-se não apenas entre as Ciências Sociais mas também entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais.

Com efeito, até a distinção dicotómica entre Ciências Naturais e Ciências Sociais parece deixar de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade⁴⁵. Que os modelos explicativos das Ciências Sociais vêm subjazendo ao desenvolvimento das Ciências Naturais nas últimas décadas prova-se, além do mais, pela facilidade com que as teorias físico-naturais, uma vez formuladas no seu domínio específico, se aplicam ou aspiram aplicar-se no domínio social⁴⁶.

O pensamento heterárquico é apenas um exemplo da tentativa de construir uma interdisciplinaridade nas Ciências Sociais. Com efeito, a linguagem das estruturas sociais é uma linguagem de sistemas fechados, ou seja, de uma lógica única e abrangente que determina uma hierarquia única. As heterarquias fazem-nos, assim, transpor as hierarquias fechadas rumo a uma linguagem de complexidade, a sistemas abertos e a um enredamento de múltiplas e heterogéneas heterarquias, níveis estruturais e lógicas estruturantes. A ideia é a seguinte: não existe nem lógica autónoma nem uma única lógica, mas sim múltiplos, heterogéneos, enredados e complexos processos inseridos numa única realidade histórica⁴⁷.

O método é necessário porque enuncia as precauções a tomar na observação dos factos, a forma como os principais problemas devem ser apresentados, o sentido em que as

⁴⁴ *Idem*:260

⁴⁵ Santos, 2002:32

⁴⁶ *Idem*:41

⁴⁷ Grosfoguel, *op. cit.*:422-23

pesquisas devem ser dirigidas, as práticas especiais que podem permitir-lhes o sucesso e as regras que devem presidir à administração das provas. Porém, todo o saber deve aceitar interrogar-se sobre os seus fundamentos, os seus quadros de referência e a sua base, os seus instrumentos de observação e de análise⁴⁸.

O verdadeiro objectivo da investigação interdisciplinar é uma reforma ou uma reorganização dos domínios do saber, por trocas que consistem, na realidade, em recombinações construtivas⁴⁹. No caso das ciências humanas, “onde não se pode falar de complexidade crescente nem de generalidade decrescente, porque todos os aspectos estão presentes em toda a parte e a divisão dos domínios é assunto de abstracção mais do que de hierarquia, a assimilação recíproca é ainda mais necessária, sem risco algum de prejudicar a especificidade dos fenómenos”⁵⁰.

VI – Estudos Africanos, Relações Internacionais e Interdisciplinaridade – que possibilidades?

Do que já ficou exposto, quais as possibilidades de construir para o século XXI uma teoria das Relações Internacionais interdisciplinar e aplicada aos Estudos Africanos?

Os caminhos a percorrer para produzir análises coerentes sobre África passam pela predominância do contexto na produção de conceitos adequados, na adaptação de metodologias e na escolha de indicadores. Aplicar os paradigmas, os métodos e as experimentações ocidentais ao contexto africano, e daí retirar conclusões que depois se extrapolam, já não é suficiente e, acima de tudo, produz análises sem correspondência com a realidade.

A característica de um cientista, que se terá formado na sistemática e nos fundamentos da sua disciplina, não é saber tudo dessa disciplina, mas antes, como afirma Pierre Bourdieu, «saber o que não sabe»⁵¹. Uma vez preparados para descrever fenómenos com o auxílio do quadro teórico seleccionado, a tarefa seguinte consiste em explicar esse mesmo fenómeno. As teorias são afirmações sobre relações causais entre classes generalizadas de acontecimentos e são sempre experimentais, sujeitas a modificações ou tornadas falácias à medida que o nosso conhecimento avança⁵². O problema reside na capacidade do cientista que estuda África, seja africano ou não, conseguir abstrair-se dos paradigmas da ciência ocidental predominante, que

⁴⁸ Ela, 2007:209

⁴⁹ Piaget, 1976:141

⁵⁰ *Idem*:144-145

⁵¹ Quivy e Campenhoudt, 2008:97

⁵² Almond, 2000:41

“obscureceram” o continente africano, e das suas concepções modernas, pós-modernas ou pós-coloniais⁵³. É desejável que esse contexto se autonomize, apostando em desenvolver os seus próprios modelos de análise, numa perspectiva interdisciplinar e promovendo uma estreita colaboração entre investigadores africanos e investigadores ocidentais africanistas que procuram fugir ao eurocentrismo.

Estará o Ocidente preparado para adoptar o que Amina Mama chama de “ética da investigação” e, paulatinamente, ir-se articulando com a academia africana numa construção de parcerias intelectuais que conduzam a um saber-acção? Uma via possível, por exemplo, é optar por conceber metodologias comprometidas, apostadas em desmistificar, interpelar e, porventura, pôr em causa as hegemonias globais. Qual o contributo que a nossa pesquisa e o nosso conhecimento poderá trazer aos diversos contextos dos povos que estudamos? Como é que as nossas actividades de pesquisa afectam aqueles que estudamos? Será possível desenvolvermos os estudos sobre África de forma a que estes mostrem um maior respeito para com as vidas e as lutas do povo africano e as suas agendas? Será possível promovermos estudos que contribuam para o bem de África?⁵⁴

A articulação entre estas perspectivas será o próximo grande desafio para os Estudos Africanos e para a interdisciplinaridade. Como sustenta Achille Mbembe, a maioria das análises políticas sobre África impossibilitaram a compreensão dos factos políticos e económicos verdadeiramente africanos⁵⁵. Mas Jane Guyer aponta a direcção: *there are still networks to be built, still empirical works from Africa to be addressed, still some vast intellectual frontiers to be taken on by what it is, in fact, a very small scholarly community*⁵⁶.

VII – Conclusão

Mesmo para um investigador profissional e com experiência, é muito difícil produzir conhecimento verdadeiramente novo que faça progredir a sua disciplina. Na melhor das hipóteses, o que se aprende é a “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como

⁵³ *Comment construire le discours scientifique sur ces sociétés en rupture avec les schèmes d'analyse et les fantasmes qui habitent l'imaginaire occidental à travers les catégories de l'ethnicité dont la résurgence trahit l'état d'appauvrissement et d'improductivité intellectuelle où les cercles africanistes se trouvent par rapport aux défis lancés par les mutations actuelles des sociétés africaines?*

Ela, *op. cit.*:210

⁵⁴ Mama, *op cit.*:534-535

⁵⁵ Mbembe, 2001:7

⁵⁶ Guyer, 1997:152

determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações”. Mas raramente se trata de investigações que contribuam para fazer progredir os quadros conceptuais das ciências sociais, os seus modelos de análise ou os seus dispositivos metodológicos⁵⁷.

Ou seja – durante o seu período de trabalho, possivelmente um investigador que se consciencialize da desactualização dos cânones da sua disciplina dificilmente conseguirá alterar por completo esses paradigmas. Contudo, se der o seu contributo para inverter a tendência de continuar apenas e só no seu pequeno âmbito disciplinar, estará a garantir a realização de um trabalho “ético” e será um passo que outros posteriormente seguirão e recuperarão, acrescentando novas concepções e incrementando a interdisciplinaridade. É como a metáfora enunciada por Wallerstein: trata-se de destruir o edifício em que todos temos vivido nos últimos quatrocentos anos enquanto, ao mesmo tempo, tentamos erguer novos pilares que sustentem um tipo de telhado, mas de preferência um telhado que deixe passar mais luz do que o anterior⁵⁸.

Este ensaio procurou demonstrar que esta re-criação das Ciências Sociais é uma necessidade urgente e não mais um projecto a adiar, e isso torna-se mais premente quando se trata da área dos Estudos Africanos, na qual durante anos apenas se produziram mitos e estereótipos. Para lá destas categorias, resta aos cientistas sociais do séc. XXI descobrir como se poderá pensar cientificamente África⁵⁹. Estudar os fenómenos sociais com uma preocupação de autenticidade, de compreensão e de rigor metodológico é, sem dúvida, um ponto de partida.

Neste momento, o paradigma cartesiano que dominou todo o nosso sistema universitário e todas as nossas especializações disciplinares está a ser fortemente desafiado pela primeira vez desde o final do séc. XVIII. Este desafio poderá efectivamente conduzir a reestruturações institucionais consideráveis nos próximos cinquenta anos, e a urgência deste acontecimento prende-se com a necessidade de nós próprios olharmos para as questões epistemológicas básicas aqui debatidas, sair da redoma das nossas especializações e abraçar esta preocupação comum a todos os académicos⁶⁰.

Além de tudo, é ainda de referir que a própria globalização traz novos desafios às Ciências Sociais. Com efeito, as complexidades espaciais e conceptuais do mundo contemporâneo exigem perspectivas cada vez mais internacionais e cada vez mais

⁵⁷ Quivy e Campenhoudt, *op. cit.*:19

⁵⁸ Wallerstein, 1999:166

⁵⁹ Ela, *op. cit.*:192

⁶⁰ Wallerstein, *op. cit.*:163

interdisciplinares para que o possamos compreender em todas as suas dimensões, em detrimento dos confins disciplinares que têm aprisionado a produção científica. Os *area studies* têm aqui um importante papel a desempenhar, embora um cientista social que investigue e escreva sobre África não se deva limitar a procurar no continente os matizes ou as variações dos factos observados no mundo ocidental, ou apenas a descrever de que forma África contribui para a revigoração ou evolução das disciplinas. A interdisciplinaridade deverá ser mais que isso.

Em suma, as Ciências Sociais têm realmente algo a oferecer ao mundo, nomeadamente a possibilidade de aplicar a inteligência humana à resolução dos problemas humanos, alcançando e expandindo todo o potencial humano possível⁶¹. O seu legado, nomeadamente no que concerne aos Estudos Africanos, não poderá resumir-se à criação de sistemas e grelhas de interpretação capazes de explicar absolutamente tudo. É óbvio que a nossa prática académica decorre das nossas identidades e respectivos condicionalismos históricos, bem como dos lugares geopolíticos e institucionais específicos de onde provimos. Contudo, não nos faltam oportunidades para nos debatermos com eles, de uma forma crítica e pensada, quando começamos a conceptualizar os nossos estudos.

⁶¹ Wallerstein, *op. cit.*:156

VIII – Bibliografia

ACHARYA, Amitav and BUZAN, Barry (eds.) (2010), *Non-Western International Relations Theory – Perspectives on and beyond Asia*, London/New York, Routledge

ALMOND, Gabriel *et.al.* (2000), *Comparative Politics – A Theoretical Framework*, 3rd edition, New York, Longman

AMORIM, Fernando, “O Mito do(s) Pan-africanismo(s)” in *Janus 2010: Anuário de Relações Exteriores* (2010), Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 104-105

AMORIM, Fernando, “Pan-Africanismo Intelectual: a utopia possível (?)” in *Janus 2010: Anuário de Relações Exteriores* (2010), Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 106-107

CASAL, Adolfo Yañez e FELICIANO, José Fialho (2006), *Antropologia Económica – Velhos e Novos Campos*, Lisboa, Universidade Aberta

CRAVINHO, João Gomes (2002), *Visões do Mundo – as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, ICS

DUNN, Kevin and SHAW, Timothy M. (eds.) (2001), *Africa’s Challenge to International Relations Theory*, Houndmills, Palgrave MacMillan

ELA, Jean-Marc (2007), *Les Cultures Africaines dans le Champ de la Rationalité Scientifique – Livre II*, Paris, L’Harmattan

GOODY, Jack (2006), *The Theft of History*, Cambridge, Cambridge University Press

GROSGOUEL, Ramón, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” in SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (ed.) (2010), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, 405-439

GUYER, Jane I. (1997), “Distant Beacons and Immediate Steps: Area Studies, International Studies and the Disciplines in 1996”, *Africa Today* 44, 2 (1997), 149-154

HALLIDAY, Fred (2005), *The Middle East in International Relations – Power, Politics and Ideology*, Cambridge, Cambridge University Press

HAMEL, Jacques (1997), *Précis d'Épistemologie de la Sociologie*, Montreal, L'Harmattan

HEIMER, Franz, «Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas», *Cadernos de Estudos Africanos* 3 (2002), 153-159

HOLLIS, Martin and SMITH, Steve (1991), *Explaining and Understanding International Relations*, Oxford, Clarendon Press

MAMA, Amina, «Será ético estudar África? Considerações preliminares sobre pesquisa académica e liberdade» in SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (ed.) (2010), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, 529-560

MUDIMBE, V. Y. (1988), *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*, Bloomington and Indianapolis/London, Indiana University Press/James Currey

MBEMBE, Achille (2001), *On the Postcolony*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press

PIAGET, Jean (1976), *Problemas Gerais da Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns*, Amadora, Bertrand

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª ed., Lisboa, Gradiva

ROBINSON, Pearl T. (2003), “Area Studies in Search of Africa”, UCIAS Edited Volume 3 – The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines, Article 6

SANTOS, Boaventura Sousa (2002), *Um Discurso sobre as Ciências*, 13ª edição, Porto, Edições Afrontamento

SINDJOUN, Luc (2002), *Sociologie des Relations Internationales Africaines*, Paris, Karthala

VENÂNCIO, José Carlos (2005), *A Dominação Colonial – Protagonismo e Herança*, Lisboa, Estampa

WALLERSTEIN, Immanuel (1999), *The End of The World as We Know It: Social Science for the Twenty-First Century*, Minneapolis, University of Minnesota Press

ZELEZA, Paul Tiyambe (2007) “African Studies from a Global Perspective”, Symposium for Human Rights and Leadership in Africa at London Metropolitan University, UK on 4 October 2007

ZELEZA, Paul Tiyambe (1997), *Manufacturing African Studies and Crises*, Dakar, CODESRIA Book Series